

**Projeto de Loteamento da 2ª fase do Parque de
Ciência & Tecnologia – Tagus Park**

DESCRITOR PAISAGEM

Índice

1. Caracterização da Situação de Referência	3
1.1 Metodologia	3
1.2 Enquadramento da área de estudo	4
1.3 Caracterização da estrutura da paisagem em estudo	5
1.4 Análise Visual de Paisagem	8
1.4.1 Unidades e Subunidades Homogêneas de Paisagem	8
1.4.2 Valores visuais	11
1.4.3 Intrusão visual	12
1.5 Avaliação da Paisagem	12
1.5.1 Qualidade Visual da Paisagem.....	13
1.5.2 Capacidade de Absorção da Paisagem	15
1.5.3 Sensibilidade Paisagística do Território em análise	18
2. Identificação e avaliação de impactes.....	20
Considerações prévias	20
2.1 Impactes fase de construção	21
2.2 impactes fase de exploração	22
2.3 impactes visuais na paisagem	23

1. CARATERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA

O presente capítulo tem por objetivo o conhecimento da realidade paisagística potencialmente afetada pelo Projeto efetuando-se para o efeito, a caraterização do território, a identificação de elementos visualmente marcantes e a avaliação da qualidade da paisagem. O diagnóstico apresentado é dirigido para a determinação das caraterísticas da paisagem na região e do local de implantação do projecto, em particular.

1.1 METODOLOGIA

O estudo organizou-se de acordo com o preenchimento da estrutura típica de um estudo de impacte ambiental, inclui as considerações constantes na legislação relativas a análise da Paisagem estipuladas na “Convenção Europeia da Paisagem” (de acordo com o Decreto-Lei n.º 4/2005, de 14 de fevereiro) e decorrentes dos estudos complementares para análise desse fator; e as normas legais para elaboração de EIA constantes no Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro e na Portaria n.º 395/2015, de 4 de novembro, bem como no Documento Orientador Guia para a atuação das Entidades Acreditadas EA.G.02.01.00 de janeiro de 2013.

A sequência metodológica aplicada, à Situação de Referência, pode ser esquematizada nas seguintes etapas:

Recolha de informação documental, cartográfica e de campo com vista à compreensão das áreas de influência do estudo.

Enquadramento da área de estudo. Caraterização da estrutura da paisagem através uma análise global da paisagem, referindo, nomeadamente, a morfologia/relevo, uso do solo, quantidade/valor do coberto vegetal, rede hidrográfica, presença humana e valores culturais e naturais em presença, definindo a área em estudo, em função das caraterísticas citadas.

Descrição das principais caraterísticas, físicas e funcionais, da unidade territorial tendo por base a bibliografia de referência dos autores Cancela d’Abreu, P. Correia e R. Oliveira em “Contributos para a Identificação e Caraterização da Paisagem em Portugal”, DGOTDU – Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, 2002. Com base na caraterização da estrutura da paisagem, apresentação das subunidades de paisagem, a sua descrição, caraterização e cartografia.

Análise e caraterização visual da paisagem. A partir de sínteses resultantes da informação disponível (cartas militares, fotografia aérea e descritores do estudo: ocupação do solo, ecologia, geologia, património natural e cultural) é efetuada a caraterização visual da paisagem através da:

- Qualidade Visual da paisagem, traduzindo a variabilidade e a diversidade espacial com base nos atributos visuais da paisagem e nas intrusões visuais existentes na área de intervenção do projeto, atribuindo uma valoração (baixa, média, elevada).
- Absorção Visual da Paisagem, identificando os pontos de observação privilegiada sobre o projeto, definindo cartograficamente as bacias visuais, classificando-as em classes em função do grau de cobertura das mesmas (baixa, média, elevada).
- Sensibilidade Visual da Paisagem, através do cruzamento da qualidade e da absorção visual, atribuindo uma valoração (baixa, média, elevada e muito elevada).

Para efeito de análise da paisagem e elaboração da cartografia temática (apresentada em anexo à escala 1:25.000) foi traçado um polígono (buffer de 3,0 km) em torno das áreas diretamente intervencionadas (Conjunto edificado, arruamentos e Áreas Verdes). O buffer foi traçado tendo por base dois critérios “um, o da acuidade visual, cujo valor considerado foi de 3,0 Km, o segundo critério é o da delimitação se fazer com um buffer cuja forma final resulta da integração de todas as componentes/áreas do Projecto.” As visitas efetuadas ao local permitiram concluir que distâncias superiores a 3000m resultam numa redução da capacidade de percepção de objectos/estruturas pela vista humana.

O Projecto de loteamento da 2ª fase do Parque de Ciência & Tecnologia – Tagus Park, com uma área total de 37,85 ha, é delimitada a Norte pelo Alvará de loteamento Cabanas Golf, a Sul pela estrada de Leceia, a nascente pela estrada Caminho da Serra e a poente pela via Variante à EN249-3, localiza-se em Porto Salvo, concelho de Oeiras.

1.2 ENQUADRAMENTO DA ÁREA DE ESTUDO

No geral, e tendo por base o autor Cancela d’Abreu “Contributos para a identificação e caracterização de Paisagem em Portugal (2000)”, o território em análise insere-se no grupo de Paisagem M – Área Metropolitana de Lisboa Norte e é abrangido na sua maioria pela unidade de paisagem, 78 - Costa do Sol e a norte pela unidade de paisagem 76 – Linha de Sintra.

“A construção maciça que se verificou principalmente a partir dos anos 60 do século passado, veio transformar radicalmente o carácter desta unidade. Até então, a Costa do Sol compunha-se de um conjunto de povoações que se desenvolveram com identidade própria, junto das estações de caminho de ferro, mantendo entre elas e para o interior extensas áreas agrícolas. Depois, o crescimento urbano desordenado e, no geral, com baixíssima qualidade (das construções, dos espaços públicos, das infra-estruturas, dos níveis de cobertura por equipamentos, da monofuncionalidade habitacional) foi ocupando indiscriminadamente os espaços livres, num primeiro tempo ao longo da costa e, quando estes já quase não existiam, subindo as encostas para o interior, numa mancha contínua e caótica de construções amontoadas.”

"Apesar do estado de degradação generalizada desta unidade, a partir da EN6 ("Marginal") e da linha de caminho de ferro continuam a desfrutar-se vistas de inegável interesse e beleza sobre o Tejo e o Oceano".

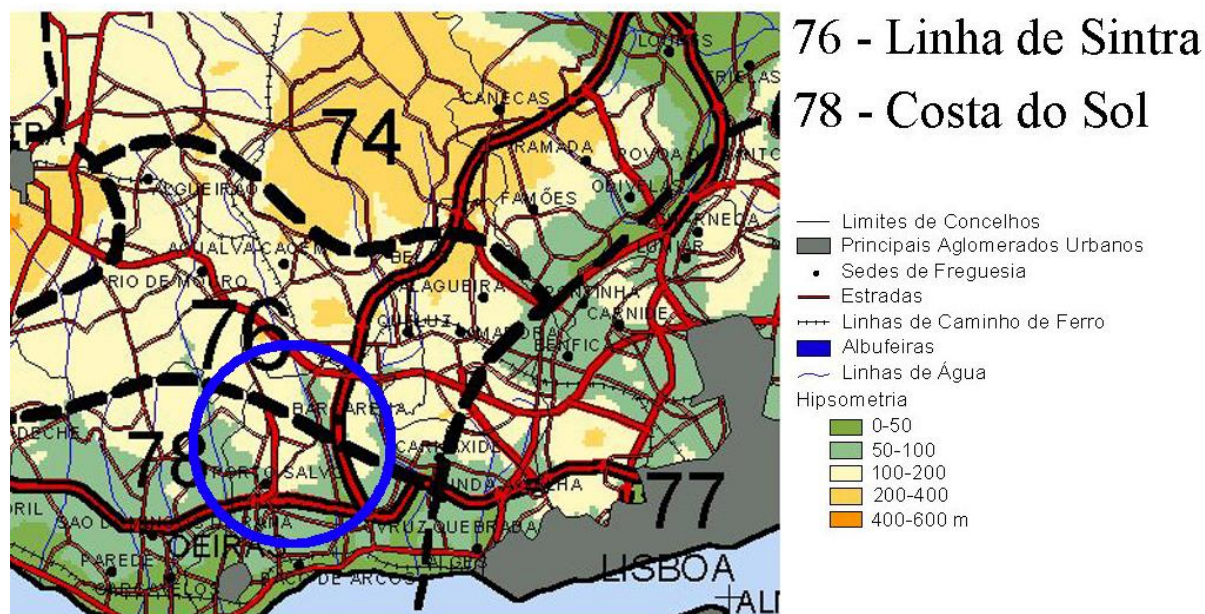


Figura 1 - Enquadramento da área de estudo

Unidade 76 e 78 "Contributos para a identificação e caracterização de Paisagem em Portugal (2000)"

1.3 CARATERIZAÇÃO DA ESTRUTURA DA PAISAGEM EM ESTUDO

Morfologia

O relevo é marcado pela presença de encostas suaves com vales mais ou menos encaixados que se dispõem perpendicularmente à linha de costa (Rio Tejo) com expressão nos vales do Rio Jamor, Ribeira da Barcarena e Ribeira de Porto Salvo. Em termos de altitude, o terreno desenvolve-se entre os 16 metros (zona ribeirinha em Laveiras / Terrugem) e os 220 metros em Cotão / S. Marcos.

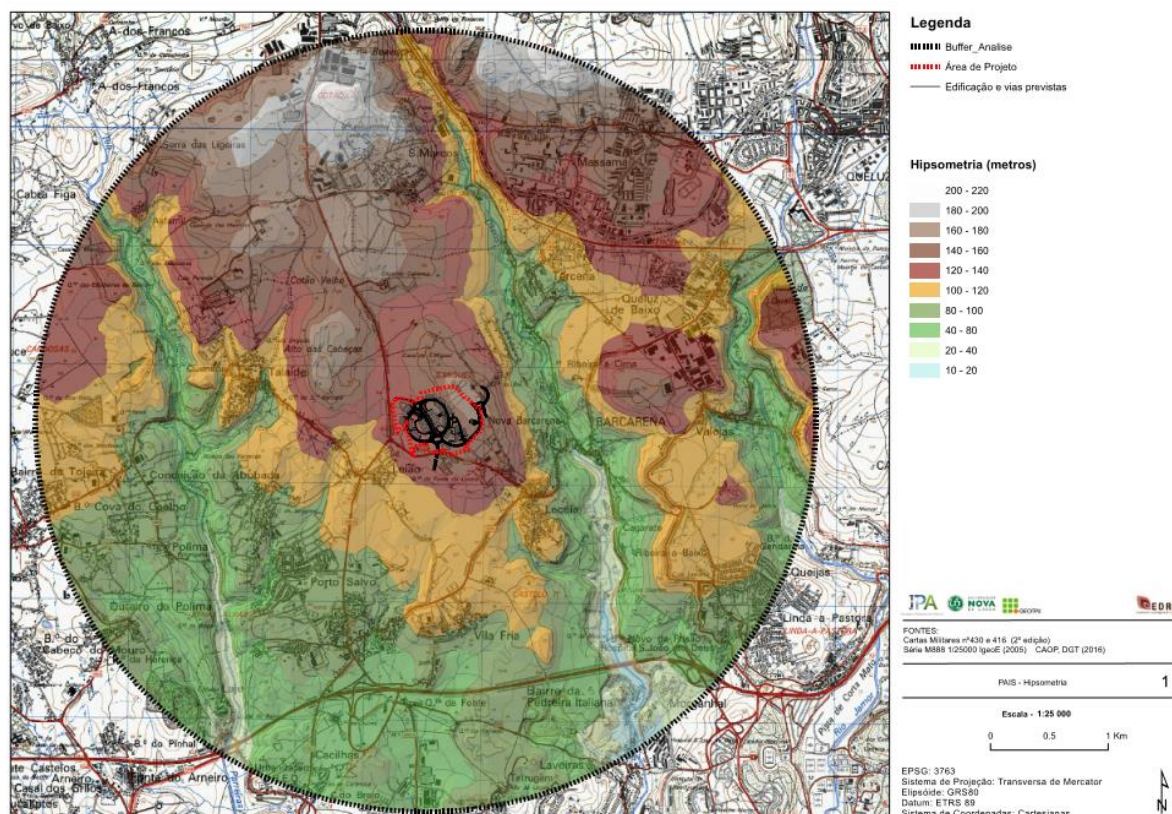


Figura 2 – Carta de Hipsometria

Uso do solo e valor do coberto vegetal

O uso do solo é marcadamente urbano com prevalência de tecido edificado contínuo. A ocupação urbana distribui-se um pouco por toda a área de estudo sendo perceptível uma maior concentração nas zonas norte e poente.

Destaca-se, na área de estudo, as zonas de vale e encostas com menor ocupação urbana e os espaços “vazios” caracterizados por manterem uma ocupação de cariz agrícola.

Dada a expressão da zona urbana os espaços naturais compostos por matos ou bosquetes, zonas agrícolas ou pastagens são determinantes para o valor da paisagem e representam no contexto de estudo espaços de desafogo visual.

Rede hidrográfica

A forma de relevo está intimamente relacionada com a presença dos 3 vales estruturantes: (de oeste para este) o vale da Ribeira de Porto Salvo, o vale da Ribeira da Barcarena e o Vale do Rio Jamor. Em comum estes cursos de água apresentam uma maior densidade de infraestruturas construídas a jusante, onde pontualmente se verifica uma maior artificialização das margens, enquanto a montante, é possível observar troços mais naturalizados. Um dos problemas destes cursos de água

é o risco de cheias, consequente de grandes amplitudes de caudais em curtos espaços de tempo, devido a uma grande densidade de impermeabilização na bacia hidrográfica e devido a um estrangulamento das margens em vários pontos.

Presença humana

A norte da área de estudo a paisagem actual é fortemente marcada por uma amálgama disforme de edifícios de diversas tipologias e utilizações (moradias, blocos habitacionais e de escritórios com as mais variadas volumetrias, oficinas e armazéns, instalações fabris, centros comerciais, etc.), distribuídos no espaço sem qualquer relação com as suas aptidões, sem sombra de lógica funcional e servidos por redes de infra-estruturas claramente desajustadas. As principais vias, recentemente construídas ou remodeladas (IC 19 e A9), “rasgaram” brutalmente esta paisagem e revelam a quem as percorre a desordem resultante da falta generalizada de ordenamento e de planeamento

A Sul, a expansão da construção, veio transformar radicalmente o carácter desta zona, o crescimento urbano foi ocupando os espaços livres, num primeiro tempo e, quando estes já quase não existiam, subindo as encostas para o interior, numa mancha contínua e por vezes caótica de construções amontoadas. Também a construção da auto-estrada até Birre (A5 Cascais) acentuou a pressão imobiliária.

A actividade agrícola quase desapareceu, continuando presente só de forma residual (áreas muito reduzidas). A maioria dos espaços que ainda se conservam sem construções, inclusive os férteis barros poupados pela expansão urbana, encontram-se abandonados e expectantes. Os assentos de lavoura e os pequenos aglomerados rurais tradicionais foram como que “engolidos” pelas novas construções, restando deles pouco mais do que ruínas. As estradas antigas, estreitas e bem integradas na paisagem, encontram-se no presente envolvidas por superfícies e volumes construídos fora da escala daquelas vias, de que resulta a sua degradação e falta de adequação funcional.

Caraterização da paisagem na área adjacente ao projeto

A envolvente da área de projeto situa-se numa área de cumeada com vista panorâmica, entre os vale mais ou menos encaixados da Ribeira de Porto Salvo e Ribeira da Barcarena com disposição perpendicular à linha de costa. Grande parte da área tem um declive suave, descendente na direção Sul - Poente. Apresenta apenas um incremento de inclinação na Zona Nascente Norte. Uma forte característica da zona é a amenidade climática: encostas predominantemente orientadas a Sul, protegidas dos ventos de Norte e de Noroeste pelo maciço de Sintra e planalto que se prolonga para Este, beneficiadas pela proximidade do Oceano. Em termos de paisagem pode ser considerada uma zona de elevado potencial, fundamentalmente pelos aspetos naturais e panorâmicos sobre a envolvente.

1.4 ANÁLISE VISUAL DE PAISAGEM

1.4.1 UNIDADES E SUBUNIDADES HOMOGÉNEAS DE PAISAGEM

A partir da grande unidade de paisagem identificada pelos autores Cancela d'Abreu, P. Correia e R. Oliveira, (2002) em Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental unidades de paisagem 76 – Linha de Sintra e 78 - Costa do Sol, foram definidas sub-unidades específicas de paisagem. No presente estudo identificou-se duas sub-unidades de paisagem. A área aparenta ser homogénea mas é possível distinguir formas morfológicas e de ocupação e uso do solo distintas.

Unidade de Paisagem 76 – Linha de Sintra

A paisagem desta faixa, que se estende ao longo da linha de caminho de ferro Lisboa – Sintra e do IC 19, é dominada por uma ocupação edificada desordenada, sem qualidade intrínseca, implantada sobre um terreno ondulado e, no geral, sem respeito pelos sistemas naturais. Efectivamente, a mais intensa expansão urbano-industrial dos núcleos então existentes (Amadora, Queluz, Cacém, Algueirão e Sintra) que se verificou a partir de meados do século passado, respondeu simplesmente a uma procura crescente de habitação, não tendo havido qualquer atitude consequente de ordenamento do território. Assim, tal expansão não planeada correspondeu a todo um processo de destruição do território que se transformou numa extensa área de subúrbios semelhantes aos de qualquer país do terceiro mundo.

Em termos morfológicos, trata-se de uma unidade com um relevo suave, com alguns vales e cabeços um pouco mais expressivos mas quase anulados pelos volumes edificados que os ocupam sem qualquer sentido de integração (prédios altos ou moradias indistintamente nos cabeços, encostas ou vales). Apesar de estar incluída nas bacias hidrográficas que drenam para o estuário e oceano (Ribeiras da Laje, Barcarena e rio Jamor), no geral esta unidade não tem vistas desafogadas para o exterior; como excepção, há a referir a Serra de Sintra que marca quase sempre o horizonte a poente.

Unidade de Paisagem 78 – Costa do Sol

A paisagem na Costa do Sol é profundamente marcada pela presença do Tejo e, a partir de Carcavelos, pela do Oceano. As encostas suaves, com vales mais ou menos encaixados que se dispõem perpendicularmente à linha de costa, correm ribeiras de percurso muito curto e de regime torrencial. A costa é muito variada e recortada, constituída por praias com diversas dimensões,

arribas rochosas e pequenos portos. Encontram-se ao longo desta costa edifícios de significativo valor patrimonial, desde os fortes e capelas às antigas casas de férias da alta burguesia.

A construção maciça que se verificou principalmente a partir dos anos 60 do século passado, veio transformar radicalmente o carácter desta unidade. Até então, a Costa do Sol compunha-se de um conjunto de povoações que se desenvolveram com identidade própria, junto das estações de caminho de ferro, mantendo entre elas e para o interior extensas áreas agrícolas. Depois, o crescimento urbano desordenado e, no geral, com baixíssima qualidade (das construções, dos espaços públicos, das infra-estruturas, dos níveis de cobertura por equipamentos, da monofuncionalidade habitacional) foi ocupando indiscriminadamente os espaços livres, num primeiro tempo ao longo da costa e, quando estes já quase não existiam, subindo as encostas para o interior, numa mancha contínua e caótica de construções amontoadas.

À diversidade de situações presentes corresponderão sensações contraditórias, por um lado a calma, frescura, suavidade, beleza e conforto suscitadas pelo contacto com a linha de costa mais preservada e elementos construídos a ela associados (passeios marginais, esplanadas, praias) e, por outro lado, o domínio da desordem, confusão visual e sonora, da insegurança resultantes de meios urbanos claramente desqualificados.

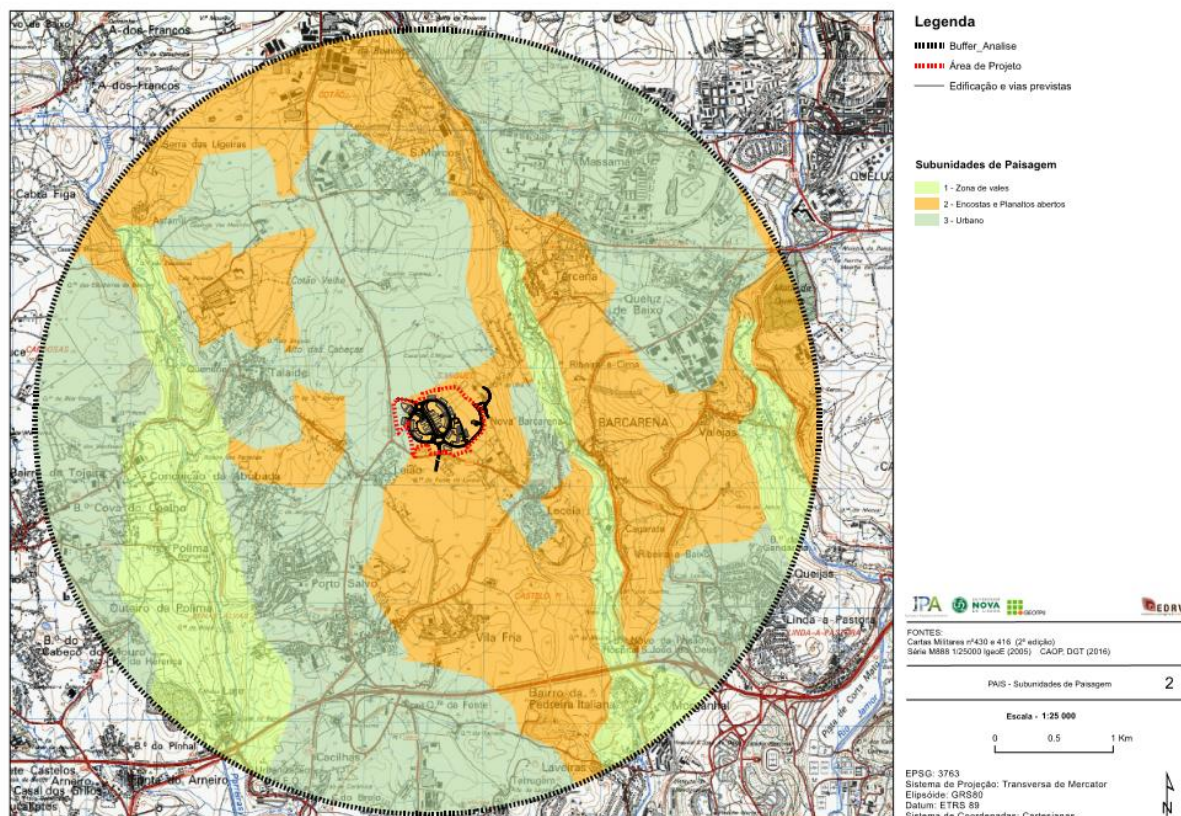


Figura 3 – Carta de Subunidades de Paisagem

Subunidade de Paisagem 1 – “Zona de Vales”

O carácter desta subunidade de Paisagem prende-se essencialmente com a existência de uma morfologia particular onde as ribeiras – praticamente paralelas e equidistantes, moldam o território formando vales de tipologias distintas, com traçados sinuosos e encaixes por vezes muito profundos. Nos troços a sul os vales originam várzeas férteis de aluviões e coluviões com grande potencial agrícola, sendo também nestas áreas a sul que se verificam maiores constrangimentos e incompatibilidades nos usos e aproveitamentos possíveis a essa disponibilidade de solo fértil. Apesar da pressão urbanística das últimas décadas, algumas destas linhas de água ainda conservam troços das suas margens naturalizados – principalmente a norte da autoestrada. Esta subunidade é assim constituída pelos principais vales e linhas de água que ainda conservam o perfil de sistema hidrológico em boa parte da sua extensão e cuja leitura morfológica se mantenha inalterada.

Subunidade de Paisagem 2 – Encostas e Planaltos Abertos

Grande parte desta subunidade é composta por áreas maioritariamente abertas ou sem coberto vegetal arbóreo, com edificado mais ou menos disperso essencialmente ligado à atividade agrícola. São extensas áreas com declives suaves e uma exposição predominantemente virada a sul, interrompida pelos vales das ribeiras e alguns acidentes morfológicos com áreas de maior altitude na zona de Talaíde.

Apesar da expansão urbana das últimas décadas, o carácter agrícola desta unidade de paisagem permanece vincado, identificando-se ainda um mosaico compartimentado onde predominam os prados naturais e culturas arvenses de sequeiro, sobre solos extremamente férteis e raros com origem eruptiva no sector oriental e central. Esta subunidade de paisagem corresponde assim a áreas essencialmente abertas e livres de urbanização, onde predomina uma ocupação agrícola remanescente de culturas arvenses anuais, compartimentadas por sebes, formando um mosaico com uma riqueza imagética relevante, dada pelos contrastes entre as áreas mobilizadas e as áreas incultas.

Subunidade de Paisagem 3 – “Urbano”

Fator decisivo para a mudança que se observou na paisagem no último século, foi o facto de se ter assistido a uma expansão urbana, nem sempre harmoniosa, mas que traduz um crescimento efetivo desde 1947, principalmente em torno das Vilas seus núcleos de formação histórica. Posteriormente - a partir de 1967, registam-se maiores fluxos migratórios por via da procura de melhores condições de vida em torno da capital.

Nos últimos anos houve um aumento e colmatação das áreas edificadas a sul da autoestrada principalmente com tecido urbano de alta densidade, tendo ainda havido alguma consolidação das áreas urbanas de baixa e alta densidade nos aglomerados a norte da autoestrada, acompanhadas de novas áreas dedicadas ao terciário superior, tendência esta que deriva também de uma maior oferta de vias rodoviárias.

14.2 VALORES VISUAIS

Consideram-se valores visuais os elementos constituintes de uma paisagem que pela sua especificidade, contribuem para o acréscimo da qualidade visual. No que diz respeito à área de estudo verificou-se a presença de valores visuais que a diversificam e que contribuem para a sua qualidade visual de âmbito elevado.

Vale do Rio Jamor, Ribeira da Barcarena e Ribeira de Porto Salvo

Hoje muito artificializados. Os cursos de água principais vales do concelho de Oeiras possuem, ao longo da sua extensão uma diversidade de ocupação do solo tanto em tipologia como funcionalidade. Esta diversidade engloba núcleos urbanos tradicionais e de recente desenvolvimento, áreas patrimoniais e de paisagem de grande qualidade.

Espaços abertos

São extensas áreas com declives suaves e uma exposição predominantemente virada a sul, áreas essencialmente abertas e livres de urbanização, onde predomina uma ocupação agrícola remanescente de culturas arvenses anuais, compartimentadas por sebes, formando um mosaico com uma riqueza imagética relevante, dada pelos contrastes entre as áreas mobilizadas e as áreas incultas.

1.4.3 INTRUSÃO VISUAL

A intrusão visual é um fator negativo a ter em conta e encontra-se relacionado com a presença de elementos estranhos à paisagem, tais como estruturas ou infra-estruturas que pela sua localização, altura, volumetria, cor, qualidade arquitetónica, entre outro tipo de fatores, comprometa a qualidade e leitura da paisagem, diminuindo-lhe o seu valor visual e capacidade de atração turística e consequentemente o seu valor económico.

Construção

Nos últimos anos houve um aumento e colmatação das áreas edificadas, principalmente com tecido urbano de alta densidade, tendo ainda havido alguma consolidação das áreas urbanas de baixa e alta densidade nos aglomerados a norte da autoestrada, acompanhadas de novas áreas dedicadas ao setor terciário, tendência esta que deriva também de uma maior oferta de vias rodoviárias.

Infraestruturas IC19, A9 e A5

As principais infraestruturas rodoviárias são elementos estruturantes deste território, transformaram negativamente a imagem da paisagem, artificializando-a (construção de aterros e grandes muros de suporte). As auto-estradas acentuaram a pressão imobiliária sobre a zona promovendo um crescimento desenfreado da construção.

1.5 AVALIAÇÃO DA PAISAGEM

Em complemento do anterior, com base nos parâmetros Qualidade Visual da Paisagem e Capacidade de Absorção da Paisagem é definida a Sensibilidade Paisagística do território em análise.

A metodologia usada na determinação da Sensibilidade Paisagística do território resulta do cruzamento entre os parâmetros de Qualidade Visual e Capacidade de Absorção estando cada um dos parâmetros, assim como o resultado final, devidamente cartografado. A cartografia referida encontra-se representada nos desenhos anexos.

A cartografia referida foi produzida através do software ArcGIS 9.1. Para o efeito criou-se um Modelo Digital de Terreno (DTM) a partir das curvas de nível da Série M888 das cartas do IGEOE, seguido de conversão para pixel com 10x10 metros. Cada pixel têm associado uma qualificação (elevada, media, baixa) da Qualidade Visual da Paisagem e da Capacidade de absorção Visual da Paisagem o que permite apresentar a distribuição espacial das diferentes qualificações e a respectiva quantificação em termos de área.

Através de software aplicou-se a matriz de avaliação identificado no (Quadro 3) e foi gerado um valor de sensibilidade para o novo pixel. Em resultado, a carta de Avaliação da Sensibilidade Paisagística permite identificar a distribuição espacial da diferente sensibilidade paisagística do território e respectiva quantificação em termos de área.

Na avaliação da paisagem consideraram-se os conceitos de:

- **Qualidade Visual da Paisagem** – corresponde ao carácter, expressão e qualidade de uma paisagem e como estes são compreendidos, preferidos e/ou valorizados pelo utilizador;
- **Capacidade de Absorção da Paisagem** - entendida como a capacidade que uma paisagem possui para absorver ou integrar as actividades humanas sem alteração da sua expressão e carácter e da sua qualidade visual;
- **Sensibilidade da Paisagem** - resulta da combinação dos indicadores anteriores e corresponde à potencial sensibilidade da paisagem, baseada nas suas características visuais e nas condições que afectam a percepção visual, mediante a ocorrência de acções perturbadoras.

1.5.1 QUALIDADE VISUAL DA PAISAGEM

A qualidade visual de uma paisagem depende da diversidade e da complexidade das situações que concorrem para a sua estruturação, quer do ponto de vista físico quer do ponto de vista cultural, e do uso do solo. O processo metodológico seleccionado, para a qualificação da qualidade da paisagem foi baseado nos métodos indirectos que estabelecem, que a qualificação é realizada através da desagregação da paisagem e da análise de seus componentes (elementos da paisagem), de acordo com diferentes juízos de valor e segundo critérios de qualificação e classificação pré estabelecidos.

Assim, para a determinação da Qualidade Visual da Paisagem do território em análise foram utilizados parâmetros de base relacionados com os valores naturais e culturais da região. Os critérios utilizados na qualificação de cada um dos parâmetros de estudo sintetizam-se no seguinte:

Classificação Elevada: Valores visuais distintos presentes na área de estudo nomeadamente: Áreas de vale associadas a cursos de água nomeadamente o vale do Jamor, Barcarena e porto salvo; espaços abertos livres de urbanização, onde predomina uma ocupação florestal (resinosas e folhosas)

e agrícola remanescente de culturas arvenses anuais, compartimentadas por sebes, formando um mosaico; Elementos patrimoniais nomeadamente a Gruta do Carrascal e o Castro de Leceia, Fábrica da Pólvora de Barcarena; Pequenos conjuntos residências e respetivos jardins, alguns deles com indiscutível valor arquitetónico tais como o Jardim de Cesário Verde, o Parque Urbano da Quinta da Politeira e o Jardim dos Quatro Elementos.

Classificação Média: as áreas do território cujo padrão de uso do solo é a matriz urbana com características arquitetónicas de valor, associadas a funções de residência, comércio e serviços.

Classificação Baixa: intrusões visuais presentes na área de estudo nomeadamente: Construção de grande volumetria, parques industriais, zonas urbanas habitacionais de forte densidade a Rede viária principal, nomeadamente a A37, A9 e A5.

A metodologia seguida, na determinação da qualidade visual da paisagem, incluiu os elementos notáveis qualificadores da mesma numa escala de qualificação elevada e pelo contrário atribui uma qualificação média / baixa aos elementos existentes que constituem claras intrusões visuais e que, como tal, diminuem a qualidade visual da paisagem no seu entorno. A aplicação da metodologia na área de estudo tem como resultado a seguinte qualificação da qualidade visual da paisagem na área em estudo.

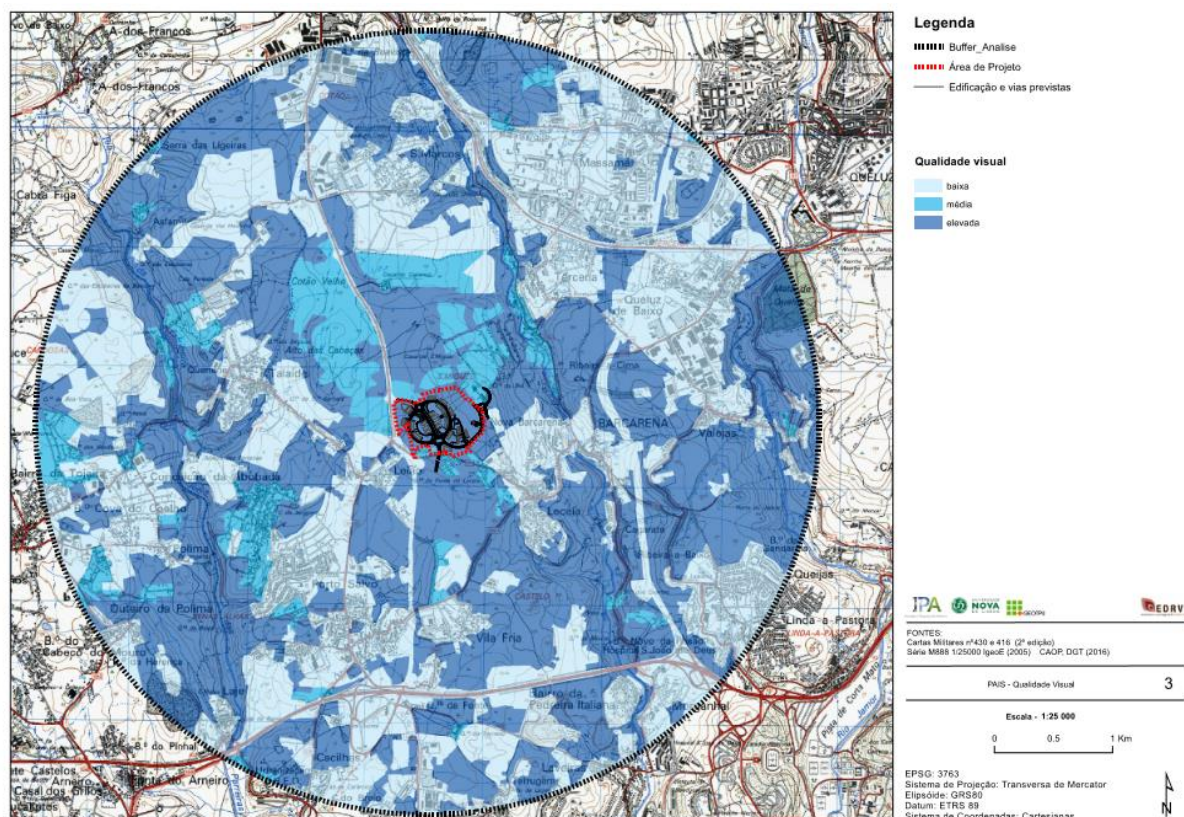


Figura 4 - Carta de Qualidade Visual da Paisagem

Quadro 1 – Quantificação da Qualidade Visual da Paisagem

Qualidade Visual da Paisagem - Área (ha e %)		
Baixa	Média	Elevada
1515.49 (43.92%)	261.46 (7.58%)	1673.64 (48.50%)

Pela análise da carta de qualidade visual da paisagem é possível concluir que as áreas de elevada qualidade visual são dominantes, fato que se deve à classificação dos espaços naturalizados (vales) e das áreas com características agrícolas como elementos diferenciadores e, consequentemente, como de elevada qualidade visual.

1.5.2 CAPACIDADE DE ABSORÇÃO DA PAISAGEM

A capacidade de absorção da paisagem corresponde à sustentabilidade que esta possui para integrar elementos adicionais (infra-estruturas, edifícios, alterações do relevo, etc.) sem alteração da sua qualidade visual ou das suas características cénicas. Quando a paisagem possui baixa capacidade de absorção diz-se que é visualmente mais vulnerável.

Para a determinação da capacidade de absorção da paisagem foram utilizados somente indicadores de acessibilidade visual. Foi elaborada uma carta de visibilidades, utilizando para o efeito apenas o modelo digital do terreno, ignorando os aspetos de caráter biofísico como a vegetação e, no caso particular, as áreas construídas.

A carta foi feita para o conjunto de pontos observadores considerados significativos no sistema de panorâmicas da área em estudo. Assim, e no sentido de determinar as áreas visualmente mais sensíveis, selecionaram-se no total 104 pontos potenciais de observação (permanentes e temporários).

Pontos de observação permanentes num total de 49 estão associados aos locais habitados. As ponderações de cada ponto são definidas em função da densidade populacional e número potencial de observadores. O fator de ponderação considerou uma matriz de pontos de 250x250m nas zonas correspondendo a tecido edificado contínuo predominantemente vertical e 500x500m em áreas de tecido edificado descontínuo.

Pontos de observação temporários num total de 55 estão associados a miradouros com vistas panorâmicas, parques e jardins, praças, parques industriais e tecnológicos e as vias de comunicação,

que na área de estudo considerou a N249-3, IC19 A9 e A5, a distribuição dos pontos nestas vias é equidistante 500 metros.

Os parâmetros de observação utilizados são: altura do observador 1,65m, ângulo vertical +90° - 90°, ângulo de visão horizontal 360° e raio de observação 3,0km.

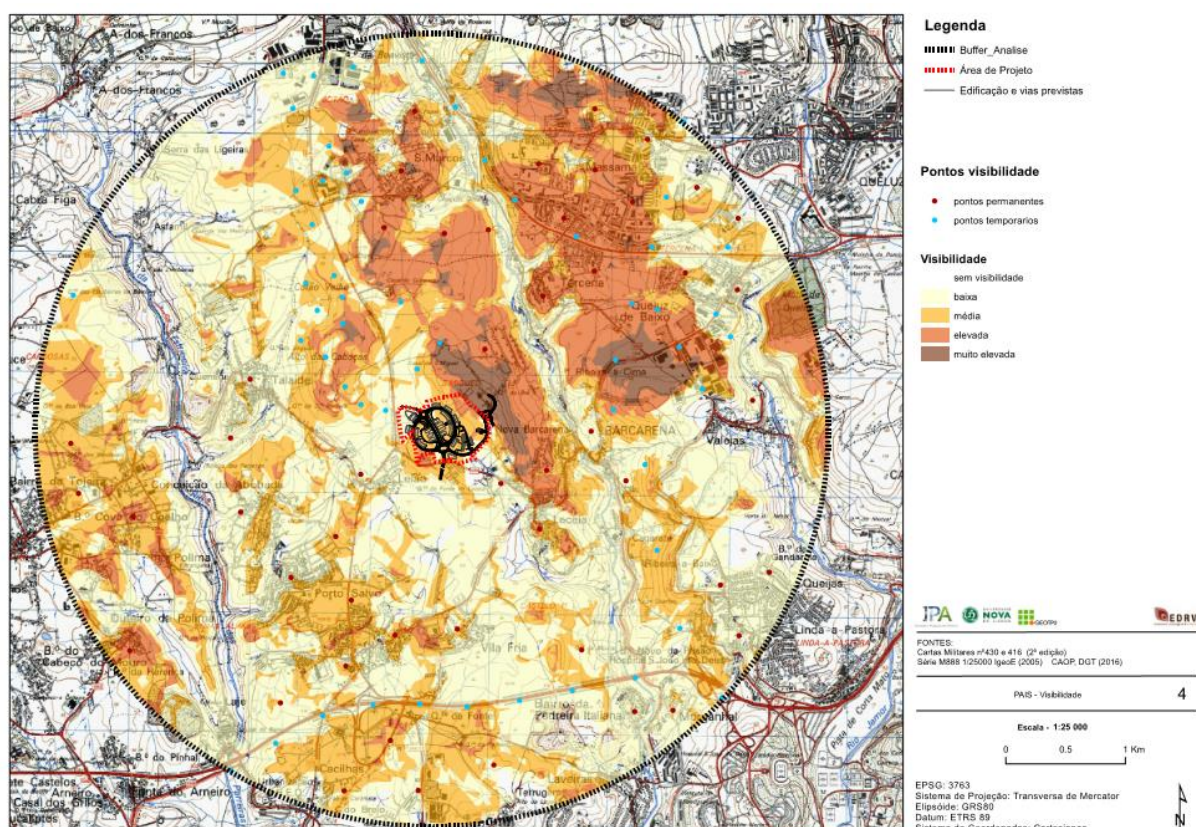


Figura 5 - Carta de Visibilidade

De acordo com os 104 potenciais pontos de observação, obteve-se 38 sobreposições de bacias visuais. A área não visível é reduzida corresponde a 11.62%, a área de baixa e média visibilidade corresponde a 43.82% e 26.27% respetivamente, as áreas de elevada e muito elevada visibilidade é de 15.39% e 2.80% respetivamente.

A matriz de análise construída para a determinação da capacidade de absorção da paisagem tem por base a integração dos indicadores de visibilidade citados anteriormente de acordo com a seguinte classificação:

Zonas com capacidade de absorção elevada: tem correspondência às áreas do território com visibilidade baixa (Zonas sem visibilidade e zonas de sobreposição até 10 bacias visuais)

Zonas com capacidade de absorção média: tem correspondência às áreas do território com visibilidade média (zonas de sobreposição de 10 a 20 bacias visuais);

Zonas com capacidade de absorção baixa: tem correspondência às áreas do território com visibilidade elevada e muito elevada (zonas de sobreposição superior a 20 bacias visuais);

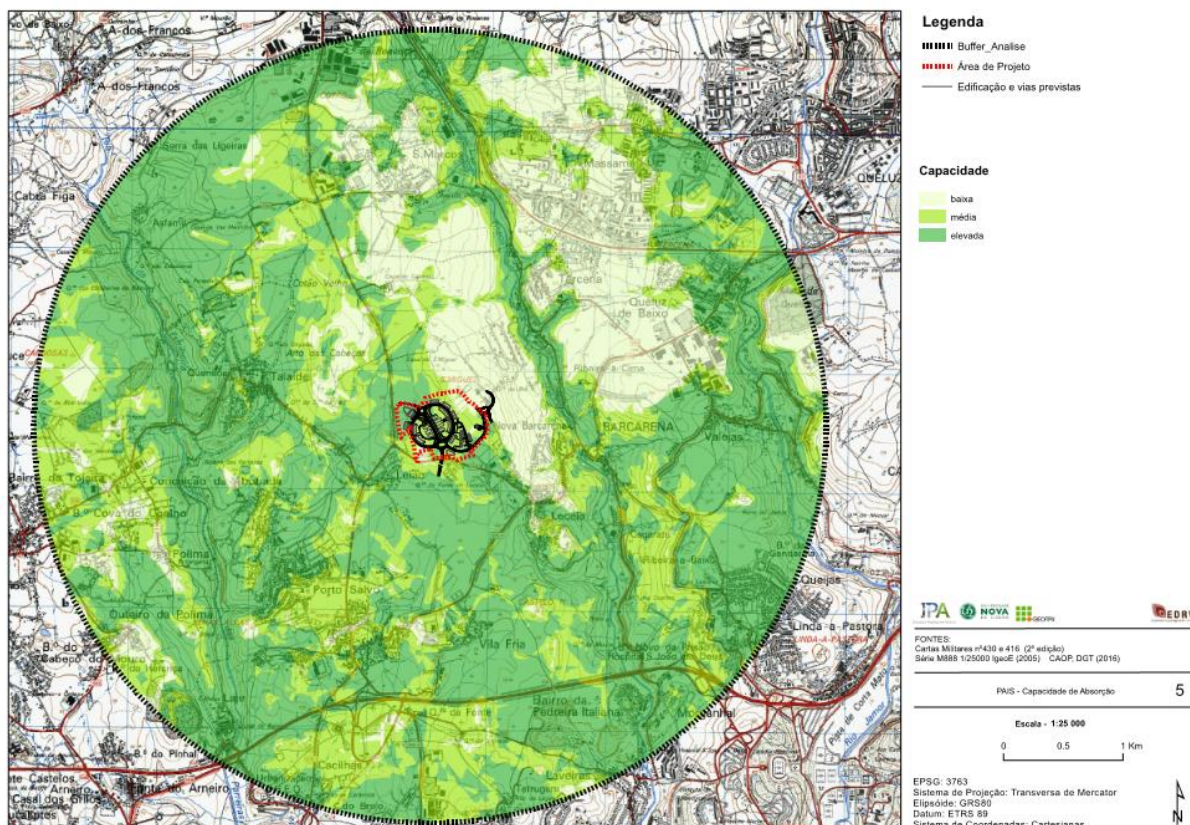


Figura 6 - Carta de Capacidade de Absorção Visual

Quadro 2 – Quantificação da Capacidade de Absorção da Paisagem

Capacidade de Absorção da Paisagem - Área (ha e %)		
Baixa	Média	Elevada
627.85 (18.20%)	909.37 (26.35%)	1913.37 (55.45%)

Pela análise da carta de capacidade de absorção visual da paisagem é possível concluir que a maior parte do terreno na área de estudo possui elevada capacidade de absorção visual da paisagem (55.45%) o que se deve ao fato da área possuir um relevo bastante ondulado fator determinante para a atenuação / limitação de intervisibilidade entre observadores.

1.5.3 SENSIBILIDADE PAISAGÍSTICA DO TERRITÓRIO EM ANÁLISE

A sensibilidade visual de uma paisagem é definida como o grau de susceptibilidade que esta apresenta, relativamente à implementação de actividades humanas, ou a eventuais alterações de usos do solo. Assim, uma paisagem que apresente um elevado grau de sensibilidade poderá facilmente sofrer uma redução significativa de qualidade visual perante a implementação de actividades humanas não compatíveis com as aptidões naturais do território.

A avaliação da sensibilidade visual revela-se assim, um instrumento com elevada importância nos estudos de paisagens, nomeadamente na procura de estratégias que visem a salvaguarda dos recursos naturais e culturais responsáveis por situações de elevado valor paisagístico e visual. Contribui igualmente, de uma forma fundamental, para a definição de estratégias de valorização de situações que apresentam menor qualidade ou mesmo, para a minimização de intrusões que geram impactes visuais negativos. As intrusões encontram-se frequentemente associadas a actividades que alteram fortemente as características da paisagem ou que geram situações de degradação ambiental, ecológica e visual.

A avaliação da sensibilidade da paisagem é obtida através da combinação dos indicadores de Qualidade Visual e Capacidade de Absorção Visual, de acordo com a matriz estabelecida no quadro seguinte:

Quadro 3 – Matriz para a Avaliação da Sensibilidade da Paisagem

Qualidade da paisagem Absorção visual	Elevada	Média	Baixa
	Elevada	Média	Baixa
Elevada	Elevada	Média	Baixa
Média	Muito elevada	Média	Baixa
Baixa	Muito elevada	Elevada	Média

A Avaliação da Sensibilidade paisagística do Território é apresentado e quantificado na figura e quadro seguinte:

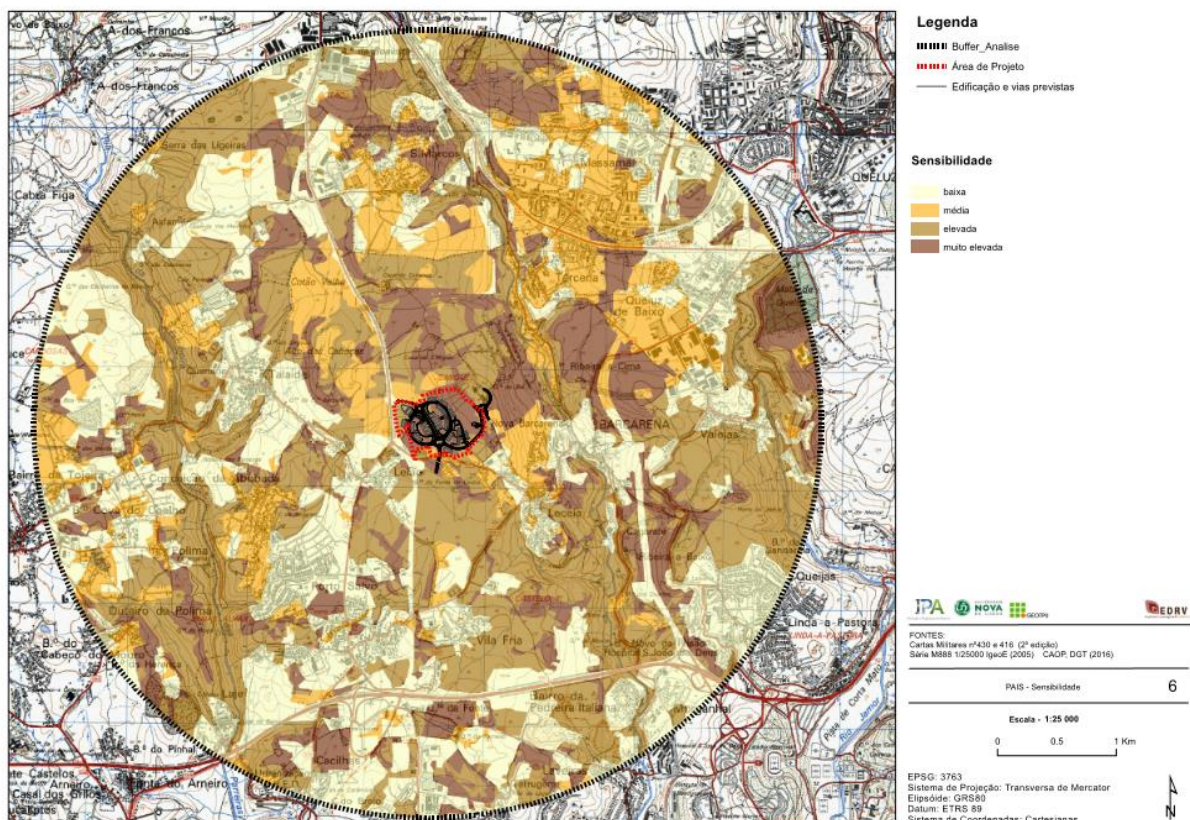


Figura 7 - Carta de Sensibilidade Paisagística

Quadro 4 – Quantificação da Sensibilidade da Paisagem

Sensibilidade Paisagística - Área (ha e %)			
Baixa	Média	Elevada	Muito Elevada
1187.7 (34.42%)	511.28 (14.82%)	1149 (33.30%)	602.61 (17.46%)

A área de estudo no geral apresenta um equilíbrio de áreas de elevada e muito elevada sensibilidade (50.76%) e áreas de menor sensibilidade paisagística (49.24%). Para este resultado, contribuiu a ponderação atribuída aos espaços com características agrícolas, espaços vazios e áreas de pastagem com distribuição nas zonas de planaltos abertos assim como as zonas de vales (qualidade elevada) e, em simultâneo, a baixa e média capacidade de absorção visual da área.

2. IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DE IMPACTES

Neste capítulo são avaliados os previsíveis impactos sobre a paisagem decorrentes das fases de construção e exploração. A introdução de novos elementos na paisagem implica alterações na estrutura da mesma, de maior ou menor magnitude, consoante a capacidade da paisagem em absorver as intrusões visuais.

CONSIDERAÇÕES PRÉVIAS

Na Fase de construção, a instalação de estaleiros a desmatção, decapagem e terraplanagens, a execução dos arruamentos e a construção dos edifícios, originarão alterações visuais temporárias. Na Fase de exploração, uma obra desta dimensão introduzirá no território uma intrusão visual, cuja severidade dependerá das características locais (qualidade paisagística, absorção visual e sensibilidade paisagística) e das medidas de minimização adotadas, nomeadamente a implementação de um Projeto de Integração Paisagística.

Com a construção, surgirão alterações na paisagem que, direta ou indiretamente, se traduzirão em impactos de significância diversa, são esperados: impactos diretos numa primeira fase, por imposição de elementos estranhos à paisagem e depois de forma indireta, impactos causados pela destruição de componentes constituintes da paisagem.

Para a identificação e avaliação dos impactos gerados, utilizaram-se três critérios complementares:

- **Ações geradas pela construção do projeto**, identificação e avaliação dos impactos durante a fase de construção tendo em conta a presença de novos elementos resultantes do projeto.
- **Impactes Visuais da Paisagem**, apresentação dos impactos diretamente relacionados com a alteração do valor cénico da paisagem decorrente da implantação do projeto.
- **Impactes na estrutura da paisagem**, que estão diretamente relacionados com a interferência com os diferentes componentes do território (alteração do uso do solo e a presença de novas áreas artificiais etc.).

Para a fase de exploração, os **Impactes na paisagem** a apresentar devem ter em consideração a ocupação definitiva dos solos, a presença de elementos construídos e as ações de manutenção do equipamento.

O Projecto de loteamento da 2ª fase do Parque de Ciência & Tecnologia – Tagus Park em Porto Salvo, assenta numa abordagem integrada de eficiência energética e sustentabilidade ambiental. A estrutura do empreendimento é formalizada pelo traçado viário proposto, que prolonga para nascente, a partir da rotunda da EN 249-3, o traçado da atual Av. Cavaco Silva, eixo estruturante da 1ª fase. Com a ligação desta via à Av. Casal de Cabanas, a qual por sua vez termina na rotunda Norte da EN 249-3, formando assim um "anel viário".

Ao longo desse "anel viário interno" estão implantadas as unidades edificadas para o uso dominante (C&T). Na área mais interior desse círculo propõe-se a localização da centralidade do sistema urbano caracterizada pela localização de edifícios multifuncionais integrando os usos complementares de comércio e serviços, pretendendo-se deste modo potenciar as funções sociais (encontro, convívio e reunião). Contrariamente aos edifícios periféricos dispostos em círculo estes edifícios "centrais" implantam-se perpendicularmente ao eixo viário principal.

Entre o "centro" e a "periferia," uma cintura de espaços verdes, caminhos pedonais e de zonas de estadia pontuadas por elementos de água, serve de área de descompressão e de articulação entre os espaços edificados.

Parâmetros urbanísticos de intervenção:

- Área total da parcela: 378.500m²
- Aplicação do índice de ocupação bruto $0,30 \times 378.500 = 113.550\text{m}^2$ de a.b.c.
- Uso dominante - Ciência e Tecnologia (90%) = 102.195m² de a.b.c.
- Usos complementares - Habitação + Comércio + Serviços (10%) = 11.355m² de a.b.c.
- Volumetria / altura máxima da construção: 3 pisos na generalidade e 4 pisos nas estruturas centrais de apoio geral.

2.1 IMPACTES FASE DE CONSTRUÇÃO

Nesta fase foram considerados os impactes com carácter temporário resultantes dos diferentes trabalhos previstos para a construção do projeto.

A desorganização visual e funcional gerada pela presença de elementos exógenos, sejam as áreas de estaleiro, os depósitos de materiais, a abertura de acessos, ou a movimentação de maquinaria e pessoas afetas à obra são considerados fatores perturbadores e de desqualificação da paisagem pelo que se traduzem num impacte negativo, temporário (apesar de permanente durante todo o período de obra), a significância dependentes do período de duração dos diferentes tipos de trabalhos e da proximidade a recetores sensíveis. A esta desorganização associa-se, normalmente, a quebra da

continuidade atual da paisagem (alterações morfológicas e a diminuição da visibilidade provocada pelo aumento dos níveis de poeiras).

A previsão, determinação e avaliação dos impactes paisagísticos mais significativos, a nível da fase de construção, é efetuada tendo em consideração as ações geradoras de impacto que irão alterar o Valor Cénico e provocar uma nova leitura da paisagem. Estas alterações são o resultado da intrusão visual de novos elementos que modificarão paisagem, nomeadamente o relevo e a ocupação do solo. Apresenta-se, em seguida as principais ações geradoras de impacto durante a fase de construção:

- Execução de desmatção
- Execução de decapagem de solos e terraplanagens;
- Execução de arrumentos, passeios e ciclovias;
- Execução das redes de infraestruturas;
- Execução de arrumentos, passeios e ciclovias;
- Construções de edifícios;
- Execução do plano de Integração paisagística

O resultado final das ações geradas pela construção do projeto prevê-se como impactes negativos, imediatos, diretos, certos, de média a grande magnitude e significativos a muito significativos e de dimensão local (pois têm uma expressão visual apenas para a envolvente mais próxima ao local de implantação da infraestrutura). A desorganização visual e cénica resultante da presença de maquinaria e operários de apoio à construção da infraestrutura resulta de uma ação temporária e recuperável através da implementação de medidas de minimização.

2.2 IMPACTES FASE DE EXPLORAÇÃO

Na fase de exploração, os principais impactes originados na fase de construção, assumirão um carácter definitivo. Em termos paisagísticos, é nesta fase que os impactes de um projeto desta natureza, resultantes da introdução de elementos na paisagem e da possibilidade de desaparecimento de outros elementos característicos dessa mesma paisagem, se refletem no carácter e qualidade da paisagem em que se inserem. As diversas componentes do projeto quando analisada individualmente não representa a forma como o Projeto no seu todo poderá ser percecionado pelos potenciais observadores.

O projeto sobrepõem-se com a Subunidade de Paisagem 2 – Encostas e Planaltos Abertos. Em termos de área não é relevante a perda de fração da subunidade de Paisagem, mas em termos estruturais será ocupada e transformada (artificializada) uma parcela significativa espaços abertos de mosaico compartimentado onde predominam os prados naturais e culturas arvenses de sequeiro, que no contexto da paisagem em estudo são cada vez mais espaços (áreas essencialmente abertas e livres de urbanização).

Analisando a sobreposição do projeto com a carta de qualidade visual verificamos que a globalidade do projeto afeta áreas de qualidade visual elevada. As áreas diretamente afetadas correspondem a áreas de prados naturais e culturas arvenses de sequeiro compartimentadas por sebes arbustivas.

Este projeto irá introduzir um novo elemento na paisagem, perda de valor cénico no contexto local e consequentemente irá modificar a leitura da paisagem pela alteração significativa da morfologia e uso do solo.

A globalidade do projeto insere-se em áreas de média capacidade de absorção. A capacidade de absorção da paisagem corresponde à sustentabilidade que esta possui para integrar elementos adicionais sem alteração da sua qualidade visual ou das suas características cénicas. Quando a paisagem possui baixa capacidade de absorção diz-se que é visualmente mais vulnerável. O projeto localiza-se numa planalto entre os vales das Ribeiras de Porto Salvo e Ribeira da Barcarena, a área possui média visibilidade não só pela situação geográfica mas também pelo reduzido número de potenciais observadores permanentes com vista sobre o projeto.

As afetações esperadas são negativas ao nível visual, sendo consideradas significativas por se encontrarem sobre áreas de média capacidade de absorção e elevada qualidade visual da paisagem.

2.3 IMPACTES VISUAIS NA PAISAGEM

A afetação da Paisagem diretamente relacionada com a alteração do valor cénico da mesma decorre da implantação do projeto, nomeadamente da perturbação visual através da construção dos elementos que compõem o projeto. Estes serão tanto maiores quanto a extensão da bacia visual, a qualidade visual da paisagem afetada, e a distância e tipo de observadores potencialmente afetados. Para podermos quantificar o impacto visual é elaborada a Bacia Visual do Projeto. Esta bacia é definida como a superfície a partir da qual um ponto ou conjunto de pontos é visível de forma recíproca.

Para efetuar o cálculo da bacia visual utilizou-se o software ArcGIS, foi criado um Modelo Digital de Terreno (DTM) a partir das curvas de nível da Série M888 das cartas do IGEOE, através de uma rede irregular triangulada (TIN), com malha de 10m X 10m. Ao DTM são acrescentados parâmetros tais como, o raio de observação (360°), o alcance de observação (3,0Km), os ângulos de visão (+90° - 90°), e as alturas do observado que se baseia num conjunto de pontos distribuídos, sobretudo pelas áreas pavimentadas, assim como, as cercas dos vários edifícios propostos.

Foram calculadas duas bacias visuais: a bacia visual do projeto com edificação e bacia visual do projeto sem edificações, com correspondência apenas às obras de urbanização (vias de circulação e infraestruturas).

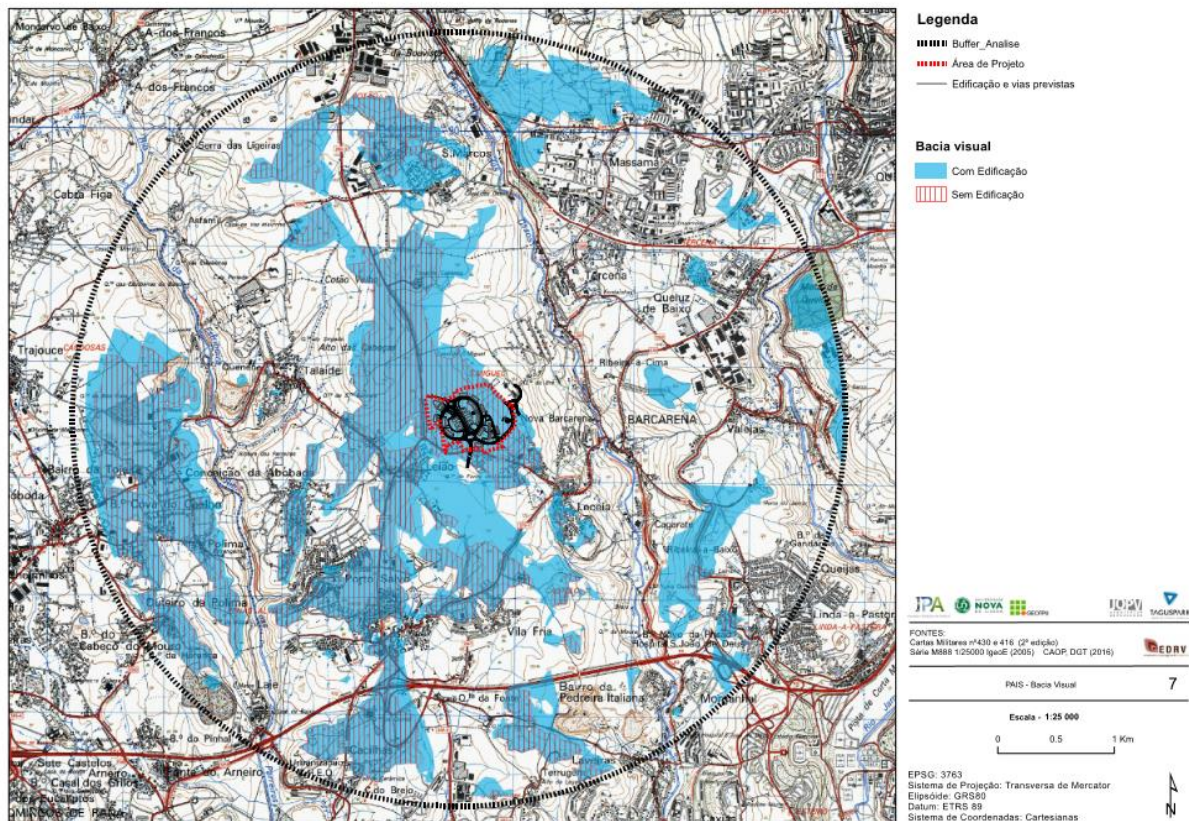


Figura 8 – Bacia Visual do Projeto (com e sem edificação)

A qualificação da bacia é feita pela análise das suas propriedades que se podem resumir em:

Tamanho da bacia visual - Um ponto é mais vulnerável quanto mais visível ele for e, portanto, quanto maior for a sua bacia visual. A bacia visual do projeto com edificação tem 1.010ha e a bacia do projeto sem edificação, é significativamente inferior 562ha. Em relação à área total de estudo a primeira corresponde a cerca de 30% da área de estudo e a segunda a 16%.

Capacidade da bacia visual - As bacias visuais com menor rugosidade ou menor complexidade morfológica possuem uma menor capacidade de absorção visual. A bacia não é rugosa, as áreas intercetadas correspondem a zonas relativamente de declives suaves.

Forma da bacia visual - As bacias visuais mais orientadas e compridas são mais sensíveis aos impactos visuais, do que as bacias arredondadas, devido a uma maior direccionalidade do fluxo visual. A bacia é orientada no sentido do N-S.

Afetação visual - Quantificação de pontos potenciais de observação na bacia visual do empreendimento.

Quadro 5 - Quantificação da número de pontos com vista potencial sobre o projeto

Distância	Observação	Pontos com vista potencial (C/ Edificação)	Pontos com vista potencial (S/ Edificação)
Local (< 1,5 km)	O observador visualiza o Edificado com muita nitidez, esta constitui um elemento dominante na paisagem	8 Temporários 3 Permanentes	6 Temporários 3 Permanentes
1,5-3,0 km	O edificado é perceptível, mas não constitui elemento dominante, a sua apreensão depende das condições visuais (ângulo de observação livre de obstáculos), e ou das condições climáticas, nomeadamente a nebulosidade, a luminosidade.	9 Temporários 13Permanentes	6 Temporários 11Permanentes

Na área de estudo foram identificados cerca de 104 pontos potenciais de observação, sendo 49 permanentes e 55 temporários. A bacia do projeto na distância interior a 1,5Km é potencialmente observada por cerca de 11 pontos e para a distância entre os 1.5 e os 3,0Km por 22 pontos. No caso da bacia visual sem edificação verifica-se que é ligeiramente inferior nos pontos potenciais temporários e nos permanentes apenas para distância compreendidas entre 1,5-3Km.

Do ponto de vista comparativo a diferença não é significativa.

A bacia visual produzida no estudo foi a mais desfavorável para o Projeto, uma vez que só consideram o (Modelo Digital do Terreno) e não uma série de fatores atenuadores da capacidade visual dos potenciais observadores, como sejam a existência de barreiras visuais decorrente do uso do solo (construções, vegetação etc.)

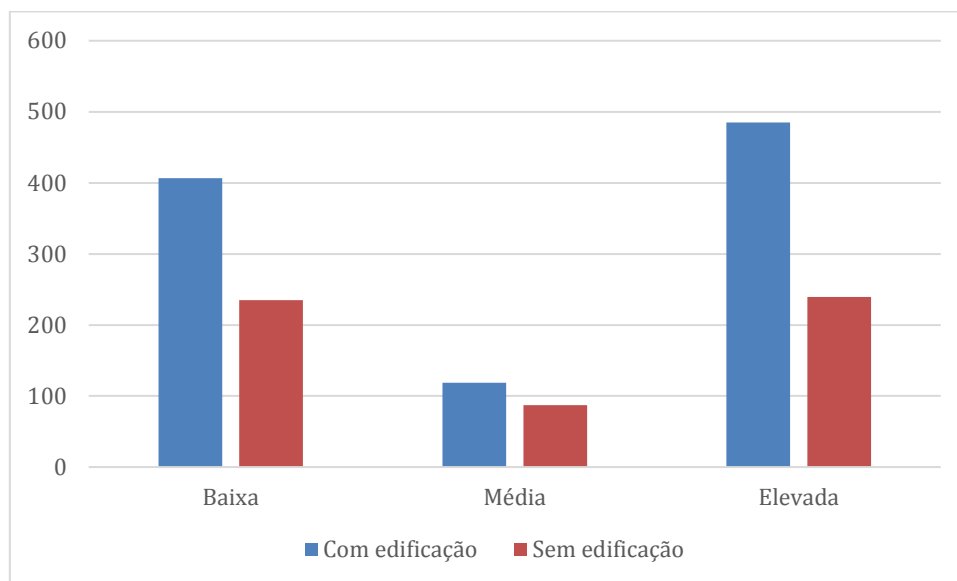
Com base na bacia visual simulada apresentam-se o impacte visual do projeto sobre as áreas com diferentes graus de qualidade visual da paisagem.

Quadro 6 - Quantificação da área de Qualidade Visual da Paisagem intercetada por bacia

Bacia Visual do ProJet	Baixa		Media		Elevada		Total	
	ha	% (*)	ha	% (*)	ha	% (*)	ha	%(**)
Com edificação	406.78	40.25	118.89	11.76	484.96	47.98	1010.73	30
Sem edificação	234.84	41.82	87.29	15.54	239.44	42.63	561.64	16

(*) percentagem da bacia visual

(**) percentagem da área de estudo



Quadro 7 – Afetação da qualidade visual por bacia

Em termos gerais, verifica-se que os impactes visuais do projeto com e sem edificação se inserem maioritariamente em áreas de Elevada qualidade visual. Sendo que esta afetação entre as duas situações, com e sem edificação, é 50% menor para a situação sem edificação.

Uma vez que a bacia do projeto sem edificação está contida na bacia do projeto com a edificação, e considerando que existe uma distribuição homogênea das áreas de qualidade visual elevada é exequível que a proporção fosse significativa.

Assim, considera-se que os impactes visuais na paisagem no que respeita à visibilidade para ambos os casos (com base no conjunto de pontos de observação e áreas de elevada qualidade diretamente afetada) serão negativos diretos, permanentes minimizáveis de magnitude moderada e de grande significado.

2.4 IMPACTES NA ESTRUTURA DA PAISAGEM

Tendo em consideração as áreas a afetar pelo projeto e a percepção visual do local de implantação da obra, são esperadas alterações, na morfologia, uso do solo, e consequentemente, do caráter da Paisagem.

Alteração da morfologia do terreno, esta alteração é a mais significativa, é resulta essencialmente da construção dos arruamentos e respetiva modelação do terreno para a implantação dos edifícios. O traçado proposto assenta sobre um terreno com uma orografia não muito agressiva, quer transversal como longitudinal, o que irá contribuir para um volume de

terraplenagens razoável: 62.423m³ de escavação e 13.904m³ de aterro com um volume de decapagem de terra vegetal de 7.510m³. A generalidade do material a remover não permite considerar a sua reutilização em obra exceto a camada de terra vegetal que poderá ser utilizada para cobertura de taludes.

Os impactes serão negativos, locais, diretos, permanentes, irreversíveis de grande magnitude e de muito significado.

Presença de novas áreas artificiais. Com a construção do loteamento execução da Marina será necessário a construção de uma serie de infraestruturas

Os edifícios previstos com uma Volumetria / altura máxima da construção de 3 pisos na generalidade e 4 pisos nas estruturas centrais de apoio geral têm a área de construção de 113 552 m². A disposição dos edifícios é feita em função do traçado viário proposto em "anel viário", ao longo desse "anel viário interno" estão implantadas as unidades edificadas para o uso dominante (C&T). Na área mais interior desse círculo localizam-se os edifícios multifuncionais integrando os usos complementares de comércio e serviços.

Os impactes serão negativos, locais, diretos, permanentes, irreversíveis de grande magnitude e de muito significado.

Ao nível dos **impactes indiretos**, sobre a ocupação/transformação e, conseqüente, grau de alteração/artificialização da paisagem futura considera-se que o projeto introduz pela sua natureza um grau de alteração muito significativo na paisagem.

Por um lado, **a tipologia do projeto "loteamento da 2ª fase do Parque de Ciência & Tecnologia" em si não é dissonante à paisagem**, podendo ser interpretado, como a continuação do existente "Tagus Park" para isso o projeto de recuperação de áreas intervencionadas / projeto de arranjos exteriores será determinante na amenização da construção e leitura final da paisagem. Assim o projeto prevê a utilização de técnicas sustentável na conceção de espaços verdes que permitam melhorar a qualidade ambiental e climática da área de intervenção. Criando assim um corredore verde de ligação e enquadramento, constituído pelas faixas adjacentes aos arruamentos e as zonas não edificadas nos interiores dos lotes.

2.6 MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO

As medidas de minimização terão em conta os principais pontos de observação existentes na envolvente das instalações a integrar, promovendo, o seu enquadramento visual. As medidas de minimização a propor visam reduzir o impacte negativo que a construção provoca numa paisagem marcadamente urbana, tendo como objetivos a minimização do impacte paisagístico, integrando melhor a obra na sua envolvente e diminuindo o impacte visual provocado pela infra-estrutura.

Edificação

Dadas as características do projeto uma das medidas possíveis é a escolha da cor para os edifícios de maior destaque. De forma a um melhor enquadramento visual é sugerido o recurso a uma pintura com tintas de cores neutras e sem brilho, as zonas envidraçadas para o exterior deverão ser anti-reflexo.

Espaços exteriores

A iluminação exterior deverá ser indireta, e minimizar a reflexão. Não deverá ser utilizada iluminação de elevada intensidade, brilho ou cor. Não deverão existir pontos de luz em movimento ou intermitentes. Os pontos de luz deverão ser integrados através da utilização da vegetação de forma a evitar visibilidade noturna de longo alcance que possa nomeadamente afetar as áreas naturais envolventes.

Nas áreas de espaço público, praça, e áreas de circulação deverão privilegiar-se os estratos herbáceo e arbustivo bem como o uso de espécies autóctones, a vegetação contribui para a desmaterialização da enorme área construída pavimentada, devem criar-se espaços de geometria variável entre esses elementos físicos, estruturantes na leitura da paisagem, possibilitando a sua melhor integração paisagística.

Por último, e considerando as orientações de Cancela de Abreu para a Unidade de Paisagem abrangida pelo projeto, em baixo identificadas “Diagnostico para efeitos de gestão” será importante que a solução de Projeto:

- Restabeleça o funcionamento do sistema urbano e do sistema ambiental, através da criação de ligações entre zona poente/nascente (Lisboa-Cascais);

Diagnostico para efeitos de gestão:

- A sua forte identidade tem vindo a ser progressivamente adulterada por um crescimento urbano caótico. Subsistem alguns elementos mais ou menos pontuais (como alguns centros urbanos mais consistentes, os fortes, residências e respectivos jardins com indiscutível valor arquitectónico, algumas praias e troços da costa) que, de certa forma, ainda mantêm traços da referida identidade.
- Revela incoerência de usos e funções quer entre eles como com a matriz territorial. Consequentemente, surgem graves problemas no funcionamento do sistema urbano (acessibilidades e transportes, redes de equipamentos e serviços, oferta de espaços abertos

de recreio e lazer, entre outros) e do sistema ambiental (ciclo hidrológico desequilibrado, erosão do solo, empobrecimento ou destruição das comunidades vegetais e animais, etc.

- Apesar dos graves problemas acima referidos, os vales e linhas de água da Costa do Sol ainda têm potencialidades importantes, porque estão em grande parte livres de construções, constituindo elementos essenciais para requalificar ambientalmente a sub-unidade se forem assumidos como componentes fundamentais da estrutura verde da AML. Estes vales deveriam ser conservados e valorizados como espaços verdes, assumindo múltiplos usos e funções, com destaque para o recreio, lazer e educação ambiental, redução de riscos de cheia, amenização dos climas locais, integração de património construído (quintas históricas, aquedutos, etc.), contenção de áreas edificadas e ligação dos espaços abertos ao longo da faixa costeira com os que ainda restam a Norte, na parte média e superior da encosta.
- Tendo em conta a transformação mais ou menos recente e a relação com as áreas habitacionais quase contínuas entre Cascais e Lisboa, deverá considerar-se a contenção da artificialização de zonas abertas sem construção, bem como permitir a sua utilização mais livre e diversificada em termos de lazer e recreio.
- É fundamental preservar e qualificar os espaços abertos com dimensão e com consistência para integrarem a estrutura verde metropolitana, assumindo nela os usos e funções possíveis e mais adequados às diferentes situações presentes como seja a estabilização de encostas e a regularização do regime hídrico, o lazer e recreio, algum tipo especial de produção agrícola e florestal, o acentuar da biodiversidade, a valorização do património natural e construído, ou a educação ambiental. A situação actual (presença de “vazios” com dimensões significativas ao longo de vales, em cabeços e partes superiores de algumas encostas, nas serras e no litoral) ainda permite o desenvolvimento de uma estrutura verde contínua com aquelas características e capaz de qualificar a paisagem, para o que seria necessário uma forte vontade política e novos instrumentos de ordenamento.